



ALMT
Assembleia Legislativa

Estado de Mato Grosso
Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso
SECRETARIA PARLAMENTAR DA MESA DIRETORA
NÚCLEO SOCIAL
Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia, Cultura e Desporto^{20ª}
LEGISLATURA - 01/02/2023 A 31/01/2027

NÚCLEO SOCIAL
FLS <u>09</u>
RUB <u>GA.</u>

PARECER Nº **0758/2023**

O. S. Nº **0758/2023**

EMENTA: Referente ao **Projeto de Resolução (PR) 397/2023**, que “Concede a Comenda Marechal Cândido Rondon ao Senhor Marcel Gomes de Oliveira.”

AUTOR: Deputado PAULO ARAUJO.

RELATOR (A): DEPUTADO (A) FABINHO.

I – RELATÓRIO:

A presente iniciativa foi recebida e registrada pela Secretaria de Serviços Legislativos, por meio do Protocolo nº 3001/2023 - Processo nº 1536/2023, lido na 10ª Sessão Ordinária (29/03/2023).

Submete-se a esta Comissão o **Projeto de Resolução (PR) n.º 397/2023**, de autoria do Deputado PAULO ARAUJO, que “Concede a Comenda Marechal Cândido Rondon ao Senhor Marcel Gomes de Oliveira.”, conforme descrito abaixo:

Art. 1.º Fica concedida a Comenda Marechal Cândido Rondon ao Senhor Marcel Gomes de Oliveira.

Art. 2.º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O autor menciona em sua justificativa:

José Marcel Gomes de Oliveira é Delegado de Polícia do Estado de Mato Grosso há 11 anos. Natural de Salvador-BA, fincou suas raízes em solo mato-grossense aos vinte e oito anos de idade, passando atuar como Delegado de Polícia na região Norte do Estado, em especial nas cidades de Alta Floresta, Carlinda e Paranaíta.

Profissional dedicado e engajado nas investigações policiais sempre se destacou por onde passou com relevantes serviços prestados à sociedade de Mato Grosso.

Nos últimos cinco anos vem se dedicando às investigações dos crimes de homicídio, atuando como primor perante a Delegacia Especializada de Homicídios e Proteção à Pessoa desta capital



e, neste período de atuação, é perceptível os inúmeros serviços prestados, seja em casos de grande repercussão nacional seja nos demais casos. Certo que, sempre demonstrou ser um profissional comprometido com a sociedade e de conduta altamente ilibada.

Engajado na área acadêmica, é professor, autor de diversos artigos jurídicos disponíveis nas mais diversas plataformas e dos seguintes livros: Tratado Contemporâneo de Polícia Judiciária Civil – Volume 1 (Umanos Editora, 2019); Tratado Contemporâneo de Polícia Judiciária Civil – Volume 2 (Umanos Editora, 2020); A Nova Lei de Abuso de Autoridade: Lei nº. 13.869/2019 comentada artigo por artigo e com enfoque nos órgãos da segurança pública (Editora Brasport, 2020); Legislação Criminal Especial Comentada (Editora Juspodvim, 2021).

No Mato Grosso constituiu sua família.

É amigo de todos e um apaixonado pelas artes e cultura mato-grossense

Os autos foram tramitados pela Secretaria de Serviços Parlamentar, com a PESQUISA PRELIMINAR, expedida em 03/04/2023, de caráter informativo, citando que não foram identificados projetos em tramite que tratem de matéria análoga ou conexa ao presente projeto.

Destarte, os autos encontram-se no Núcleo Social, conforme artigo 360, inciso III, alínea “a” do Regimento Interno, para a Comissão de Direitos Humanos, Defesa dos Direitos da Mulher, Cidadania e Amparo à Criança, ao Adolescente e ao Idoso, para a emissão de parecer quanto ao mérito da iniciativa.

Em apertada síntese, é o relatório.

II – PARECER:

Cabe a esta Comissão, dar parecer quanto ao mérito a todos os projetos que abordem os temas contidos no Art. 369, inciso III, do Regimento Interno desta Casa de Leis.



Analizados os aspectos formais, a proposição se insere no rol de competência exclusiva do Parlamento Estadual, especificamente no Art. 26, XXVIII da Carta Estadual e no artigo 171 do Regimento Interno desta Casa de Leis.

CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE MATO GROSSO

Art. 26 - É da competência exclusiva da Assembleia Legislativa:

(...)

XXVIII - emendar a Constituição Estadual, promulgar leis nos casos previstos nesta Constituição, expedir decretos legislativos e resoluções;

REGIMENTO INTERNO | ALMT

Art. 171 - Resolução é aquela que se destina a regular matéria de caráter político, administrativo ou processual legislativo sobre o qual deve a Assembleia Legislativa manifestar-se no âmbito de sua competência exclusiva, nos casos indicados na Constituição Estadual, nas leis complementares e neste Regimento Interno.

De acordo com a Resolução nº 6.597 de 2019, que “Dispõe sobre e consolida as honorarias instituídas pela Assembleia Legislativa de Mato Grosso”, art. 4º, inciso XIII: “Comenda Pastor Sebastião Rodrigues de Souza”; acrescentada pela Resolução nº 7742/2022, desta Augusta Casa de Leis, em que se lê:

Seção V

Da Comenda Dante de Oliveira

Art. 9º A Comenda Dante de Oliveira se destina a homenagear personalidades que tenham se destacado na atuação em defesa da democracia e da cidadania.

Parágrafo único Os projetos de resolução de concessão da Comenda Dante de Oliveira serão analisados pela Comissão de Direitos Humanos, Cidadania e Amparo à Criança, ao Adolescente e ao Idoso.



Considerando o presente pleito, o autor terá indicado **002/005** homenagens do gênero na corrente Sessão Legislativa de 2023. Sabe-se que, em consonância com o Art. 18 da Resolução correspondente dispõe sobre o limite quantitativo de honrarias indicadas por cada deputado, em cada Sessão Legislativa, como se verifica em:

Art. 18 – Cada Deputado poderá indicar, por sessão legislativa, até quarenta e uma homenagens, distribuídas da seguinte forma:

I – uma pessoa para receber a Comenda Filinto Müller;

II – trinta e cinco pessoas para receber o Título de Cidadania Mato-Grossense;

III – cinco pessoas para serem homenageadas com as demais honrarias elencadas nesta Resolução. (Grifo nosso)

Verifica-se, portanto, que o presente Projeto de Resolução está dentro do limite determinado pela Resolução nº 6.597 de 2019 e, por este motivo, é possível o andamento do pleito desta proposição.

Além disso, no que diz respeito à tramitação e abordagem do tema, segundo pesquisas realizadas, seja na *internet* ou *intranet* da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso sobre o assunto.

É preciso destacar que a concessão do título honorário do Estado, concedido por uma Assembleia Legislativa deve ser bem analisada e fundamentada com detalhes, não só aos pares, mas à sociedade local como um todo.

Importante rememorar que o político Dante de Oliveira, Filho de Sebastião de Oliveira e Maria Benedita Martins de Oliveira, que graduou-se em Engenharia Civil pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Ainda na universidade militou no MR-8 (Movimento Revolucionário Oito de Outubro) quando o referido movimento já havia optado pela via política ao invés da luta armada contra o Regime Militar de 1964 e a seguir ingressou



no MDB. De volta ao seu estado, Mato Grosso, disputou sua primeira eleição em 1976 quando perdeu a eleição para vereador em Cuiabá. Refeito do infortúnio foi eleito deputado estadual em 1978 e com a extinção do bipartidarismo filiou-se ao PMDB sendo eleito deputado federal em 1982 e nessa condição apresentou no ano seguinte uma emenda restabelecendo as eleições diretas para presidente que se realizariam em 15 de novembro de 1984.

A ideia de apresentar uma emenda restaurando a eleição direta para Presidente da República não é uma atitude que se possa creditar exclusivamente a Dante de Oliveira, entretanto, sua iniciativa ganhou repercussão por ter sido a primeira a não ficar restrita às paredes do Congresso Nacional e ganhou as ruas num momento em que as manifestações pedindo a volta das eleições diretas se multiplicavam pelo país, a começar pelo município pernambucano de Abreu e Lima em 31 de março de 1983, e resultaria num movimento que dominaria a cena política nacional nos meses seguintes unificando as forças da sociedade civil, dos partidos de oposição e atraindo também os dissidentes governistas para o movimento “Diretas Já”. Em 26 de novembro de 1983 os dez governadores de oposição subscreveram em São Paulo um manifesto pedindo o restabelecimento das eleições diretas para presidente. O primeiro “comício oficial” pró-diretas teve lugar em Curitiba dia 12 de janeiro de 1984 com a presença de trinta mil pessoas e foi seguido de outros como o realizado na Praça da Sé no dia do aniversário de 430 anos da capital paulista no qual compareceram duzentas mil pessoas.

Recesso quanto aos acontecimentos o governo João Figueiredo exerceu uma forte pressão sobre os parlamentares do PDS para que a emenda não fosse aprovada e segundo um relato de Dante de Oliveira o próprio Tancredo Neves chegou a afirmar que, diante da pressão governamental e da cúpula militar, a emenda não seria aprovada. Ainda



assim a cúpula do movimento manteve a campanha nas ruas e às vésperas da votação uma pesquisa do IBOPE apontava que 84% dos entrevistados apoiavam a emenda Dante de Oliveira. Como último recurso a fim de barrar as diretas, o governo federal enviou ao parlamento a chamada “emenda Figueiredo” a qual, dentre outras medidas, previa o restabelecimento das eleições diretas apenas em 1988, entretanto nada foi capaz de dissuadir a apreciação da emenda oposicionista que se realizaria em 25 de abril de 1984 e foi cercada de grande expectativa, algo frustrado pela não obtenção do quórum de dois terços dos votos necessários à sua aprovação, pois embora tenha obtido 298 votos favoráveis e apenas 25 votos em sentido contrário, a ausência de 112 deputados federais do PDS (dos quais bastariam apenas 22 votos para que a emenda fosse submetida ao crivo do Senado Federal) pôs fim ao movimento. Tal resultado, porém, acentuou as fissuras no partido governista e abriu o caminho para a vitória de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral em 15 de janeiro de 1985.

Encerrado o período militar os brasileiros foram frustrados pela morte de Tancredo Neves e assim a Presidência da República ficou nas mãos de José Sarney cujas medidas de remoção do “entulho autoritário” (leis restritivas que ainda vigoram) previam a realização de eleições diretas nas capitais dos estados, áreas de segurança nacional, estâncias hidrominerais, municípios de territórios e municípios recém-criados. Em 15 de novembro de 1985 Dante de Oliveira foi eleito prefeito de Cuiabá pelo PMDB, cargo que exerceu entre 1º de janeiro de 1986 e 28 de maio de 1986, quando assumiu o Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário do governo Sarney, sendo a capital mato-grossense administrada pelo vice-prefeito Estevão Torquato da Silva.

Findo seu mandato, ingressou no PDT e foi candidato a deputado federal em 1990, não conseguindo se eleger. Essa derrota foi revertida em 1992, quando foi eleito para o seu segundo mandato como prefeito de



Cuiabá, cargo ao qual renunciou em 1994, meses antes de ser eleito governador de Mato Grosso. Como governador, Dante foi admitido pelo presidente Fernando Henrique Cardoso à Ordem do Mérito Militar no grau de Grande-Oficial especial.

Após divergências com sua legenda, ingressou no PSDB e foi reeleito governador em 1998 e, ao deixar o cargo em 2002, perdeu a eleição para senador. Em 2006, tencionava disputar mais um mandato de deputado federal, mas antes disso veio a falecer aos 54 anos, em Cuiabá, vítima de uma pneumonia, num quadro agravado pelo diabetes.

Após sua morte, recebeu várias homenagens, inclusive a Avenida dos Trabalhadores hoje se chama Avenida Governador Dante Martins de Oliveira.¹

O homenageado, Dr. Marcel Gomes de Oliveira, é advogado, Delegado de polícia na Região Norte (Alta Floresta, Carlinda e Paranaíta), professor e escritor de livros e artigos jurídicos

Segundo o site do rdnews², atualmente o delegado Marcel Gomes Oliveira, da Delegacia de Homicídios e Proteção de Pessoas (DHPP), investiga o assassinato da técnica judiciária Thays Machado, de 44 anos, e do namorado dela, Willian César Moreno, de 40 anos.

Pelas razões expostas na análise do Projeto de Resolução, quanto ao **mérito**, manifestamo-nos pela **APROVAÇÃO do Projeto de Resolução (PR) nº 397/2023**, de autoria do Deputado Paulo Araújo, lido na 10ª Sessão Ordinária (29/03/2023).

É o parecer.

¹ https://pt.wikipedia.org/wiki/Dante_de_Oliveira

² <https://www.rdnews.com.br/policia/conteudos/170578>



ALMT
Assembleia Legislativa

Estado de Mato Grosso
Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso
SECRETARIA PARLAMENTAR DA MESA DIRETORA
NÚCLEO SOCIAL
Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia, Cultura e Desporto^{20º}
LEGISLATURA - 01/02/2023 A 31/01/2027

NÚCLEO SOCIAL	
FLS	17
RUB	G.A.

III – VOTO DO RELATOR

PROPOSIÇÃO Nº	PARECER Nº	O.S. Nº
PR 397/2023	0758/2023	0758/2023

Referente ao **Projeto de Resolução (PR) nº 397/2023**, que “Concede a Comenda Dante de Oliveira ao Senhor Macel Gomes de Oliveira.”

O homenageado, Dr. Marcel Gomes de Oliveira, é advogado, Delegado de polícia na Região Norte (Alta Floresta, Carlinda e Paranaíta), professor e escritor de livros e artigos jurídicos..


Pelas razões expostas na análise do Projeto de Resolução, quanto ao **mérito**, manifestamo-nos pela **APROVAÇÃO** do **Projeto de Resolução (PR) nº 397/2023**, de autoria do Deputado Paulo Araujo, lido na 10ª Sessão Ordinária (29/03/2023).

VOTO RELATOR:

FAVORÁVEL À APROVAÇÃO.
 PELA REJEIÇÃO.
 PREJUDICIDADE – ARQUIVO.

SPMD/NUSOC/CECTCD/ALMT, em 2 de 5 de 2023.

RELATOR: FABINHO


Francisco Xavier da Cunha Filho
Consultor Legislativo / Núcleo Social



ALMT
Assembleia Legislativa

Estado de Mato Grosso
Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso
SECRETARIA PARLAMENTAR DA MESA DIRETORA
NÚCLEO SOCIAL - NUSOC

NUCLEO SOCIAL
FLS. 12
RUB. G.A.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, CULTURA E DESPORTO

REUNIÃO: 4ª ORDINÁRIA EXTRAORDINÁRIA DATA/HORÁRIO: 02/05/2023 16H00.

PROPOSIÇÃO: **PR Nº 397/2023.**

AUTORIA: **Deputado PAULO ARAÚJO.**

APENSAMENTOS: .

ANEXOS: .

VOTO DO RELATOR: Pelas razões expostas, quanto ao mérito, voto **FAVORÁVEL À APROVAÇÃO** do **PROJETO DE RESOLUÇÃO (PR) Nº 397/2023**, por atender a Resolução nº 6.597/2019.

SISTEMA ELETRÔNICO DE DELIBERAÇÃO REMOTA (VIDEOCONFERÊNCIA)

MEMBROS TITULARES	ASSINATURAS	RELATOR	VOTAÇÃO
FABINHO		<input checked="" type="checkbox"/> COM O RELATOR (SIM). <input type="checkbox"/> CONTRÁRIO AO RELATOR (NÃO).	<input type="checkbox"/> PRESENCIAL <input checked="" type="checkbox"/> REMOTO
THIAGO SILVA Presidente		<input type="checkbox"/> COM O RELATOR (SIM). <input type="checkbox"/> CONTRÁRIO AO RELATOR (NÃO).	<input type="checkbox"/> PRESENCIAL <input type="checkbox"/> REMOTO
CLAUDIO FERREIRA		<input checked="" type="checkbox"/> COM O RELATOR (SIM). <input type="checkbox"/> CONTRÁRIO AO RELATOR (NÃO).	<input checked="" type="checkbox"/> PRESENCIAL <input type="checkbox"/> REMOTO
VALDIR BARRANCO		<input checked="" type="checkbox"/> COM O RELATOR (SIM). <input type="checkbox"/> CONTRÁRIO AO RELATOR (NÃO).	<input checked="" type="checkbox"/> PRESENCIAL <input type="checkbox"/> REMOTO
BETO DOIS A UM Vice-Presidente		<input checked="" type="checkbox"/> COM O RELATOR (SIM). <input type="checkbox"/> CONTRÁRIO AO RELATOR (NÃO).	<input checked="" type="checkbox"/> PRESENCIAL <input type="checkbox"/> REMOTO
MEMBROS SUPLENTE	ASSINATURAS	RELATOR	VOTAÇÃO
VALMIR MORETTO		<input type="checkbox"/> COM O RELATOR (SIM). <input type="checkbox"/> CONTRÁRIO AO RELATOR (NÃO).	<input type="checkbox"/> PRESENCIAL <input type="checkbox"/> REMOTO
DR. JOÃO		<input type="checkbox"/> COM O RELATOR (SIM). <input type="checkbox"/> CONTRÁRIO AO RELATOR (NÃO).	<input type="checkbox"/> PRESENCIAL <input type="checkbox"/> REMOTO
ELIZEU NASCIMENTO		<input type="checkbox"/> COM O RELATOR (SIM). <input type="checkbox"/> CONTRÁRIO AO RELATOR (NÃO).	<input type="checkbox"/> PRESENCIAL <input type="checkbox"/> REMOTO
LÚDIO CABRAL		<input type="checkbox"/> COM O RELATOR (SIM). <input type="checkbox"/> CONTRÁRIO AO RELATOR (NÃO).	<input type="checkbox"/> PRESENCIAL <input type="checkbox"/> REMOTO
PAULO ARAÚJO		<input type="checkbox"/> COM O RELATOR (SIM). <input type="checkbox"/> CONTRÁRIO AO RELATOR (NÃO).	<input type="checkbox"/> PRESENCIAL <input type="checkbox"/> REMOTO

OBSERVAÇÃO:

V - ENCAMINHA-SE À SECRETARIA PARLAMENTAR DA MESA DIRETORA:

Certifico que foi designado o Deputado FABINHO para relatar a presente matéria.

Sendo o RESULTADO FINAL da proposição: APROVADO REJEITADO

FRANCISCO XAVIER DA CUNHA FILHO
Consultor Legislativo do Núcleo Social

GLAUCIA MARIA DE CAMPOS ALVES
Secretária da Comissão Permanente